

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 14

DESCOBRIMENTOS, EXPANSÃO E IDENTIDADE NACIONAL



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1992

A IDEOLOGIA DA EXPANSÃO PORTUGUESA SÉCULOS XV E XVI * **

Estruturalmente, a sociedade portuguesa de começos do século XV é de tipo *camponês*, o que significa, no essencial, que é de natureza agrícola a maior parte do que se produz embora a terra não pertença a quem a trabalha; que uma fracção importante do excedente se integra já no mercado interno e externo; que há um governo central suficientemente burocratizado a regular, à escala nacional, os interesses dos diferentes grupos sociais e, por tal, a ver o seu poder reconhecido...

Esta realidade e o modelo que tenta interpretá-la não excluem, obviamente, nem a participação de um reduzido mas poderoso grupo de guerreiros profissionais (os detentores, aliás, de uma considerável percentagem de posse real da terra, o que lhes permite criar a dependência dos que a aforam ou arrendam, contando assim, inclusive, com a prestação do serviço militar); nem dos que detêm os poderes religioso e ideológico; nem dos que exercem as artes e os ofícios, a mercancia...

Como facilmente se pode depreender havia então, na sociedade portuguesa, grupos com interesses diversos e até antagónicos. Gomes Eanes de Zurara, atento à caracterização da situação sócio-económico-cultural de um período de viragem da história nacional (o que imediatamente precedeu o começo da nossa Expansão), registou a *força* de um partido de *pacifistas* e de *belicistas* (chamemos-lhes assim). Defendiam os primeiros que Portugal, nomeadamente, tinha abundância de pão, vinhos, pescados, azeite, mel, carne, frutas e legumes (repárele na natureza do excedente, de acordo com a produção de uma

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

** Resumo da Comunicação.

economia camponesa), pelo que convinha ao interesse nacional transaccionar (obviamente em paz) esses produtos com a Europa mercantilizada (inclusive com a vizinha Espanha) e disfrutar, em pleno, valores sócio-culturais, como os da tranquilidade, da convivência, do lazer... Em suma: viviam de e para o *proveito*, residindo "toda a força da sua honrra — como dirá o Cronista — na fama de sua despesa" 0). Aplaudiram, pois, a decisão do rei de Portugal em celebrar as pazes com Castela em 1411, como se inquietaram com a aparente adopção de um projecto belicista (a conquista de Ceuta) em 1415.

Por sua vez, a pouco numerosa, mas forte, elite de guerreiros (constituída principalmente por dignitários jovens) estava interessada em continuar a exhibir a sua força física e valentia, em enriquecer através do saque e, sobretudo, em obter a honra que a guerra (designadamente a guerra contra Castela) proporcionaria.

A este conflito de interesses estavam adstritos outros problemas, não menos importantes, e que exigiam também a intervenção da Coroa/Estado. Eram eles: o escândalo (com repercussões a nível internacional) da dilatação da guerra entre os dois Príncipes peninsulares que integravam a "Respublica Christiana", como resultado do imperativo de Portugal (e era este o principal problema) se continuar a afirmar como Nação independente face às pretensões hegemónicas de Castela.

Como encontrar, pois, uma solução política para este conjunto de desafios que acabavam por estar interligados? Pretender conquistar Gibraltar ou Granada, por exemplo, era ir ao encontro dos belicistas e até dos pacifistas (porque poderiam ter um melhor acesso ao comércio mediterrânico), mas era, seguramente, mostrar a Castela "que o seu poder não era bastante para acabar sua conquista" (leia-se, terminar a "Reconquista Cristã"), o que redundaria em injúria e numa mais que provável renovação da guerra entre cristãos. Ora, a este respeito, o que o rei português mais pretendia fazer crer nas instâncias internacionais (continuamos a apoiar-nos em Zurara) era que a sua vontade "sempre foy chegada ao amor de todos os christãos", mas também não podia permitir que os castelhanos, "contra direito e rrezam", oprimissem o reino lusitano. Ceuta, para além da sua riqueza (agrícola, artesanal e comercial) e de ser a antecâmara para futuras conquistas territoriais (com que se contrabalançaria a pequenez

e a pobreza de Portugal), não teria os inconvenientes de Gibraltar ou Granada, pelo que foi o objectivo escolhido.

Concebido o *genial* projecto da tomada de Ceuta, como possível garante da independência e da identidade nacional, era preciso considerar a sua viabilidade. Ora, urna das dificuldades que logo se perfilaram foi a falta de gente guerreira. "E a terceyra cousa acho que he a abastança da gente que nom tenho (...). E eu nom tenho a de fora nem esperança como a haja principalmente pollo fallçimento do dinheiro que sento em meu rreino (...). E assy que com as minhas gentes me convém soamente fazer todo meu feito" — perorá, segundo a reconstituição de Zurara, o nosso D. João I (2).

Acrescente-se que o responsável principal pela decisão de conquistar Ceuta reconhecia que não só tinha que contar com os portugueses para fazer a guerra no exterior, como defender o País (na eventualidade de Castela o atacar, aproveitando a oportunidade) e, deste modo, não tinha gente suficiente. Deveria desistir?

Como se sabia (e sabe), a quantidade nem sempre é determinante e tanto mais tratando-se de comportamentos militares, já que a vontade de vencer pode operar milagres. E foi com base neste pressuposto que precisamente se formou uma ideologia própria da nossa Expansão. Factos recentes, nomeadamente o êxito de Aljubarrota, contrariavam, na verdade, as opiniões mais derrotistas, sugerindo, ao invés, que se insistisse na formação de um *espírito de corpo* forte, alimentado se possível por um mito miraculista, ou seja, por uma forma de memória, a um tempo verdadeira e fantástica, e tendo por objectivo convencer.

Em o *Livro de Arautos* ou *De Ministerio Armorum*, de autor anónimo (como convinha para robustecer o mito) e datado de 1416 (um ano depois, portanto, da tomada de Ceuta), pode já ler-se que na véspera da batalha de Ourique os portugueses que acompanhavam o conde D. Afonso Henriques, "ao verem que eram em pequeno número e os infieis em grande, disseram a esse mesmo conde que o queriam a ele como rei e com ele viver ou morrer". Logo, de imediato, o fizeram rei no acampamento, acabando por vencer os sarracenos sob o comando do rei cristão que, antes do combate, "vira numa aparição Nosso Senhor Jesus Cristo com as suas cinco chagas, e pelo auxílio da graça do mesmo Cristo vencera esses cinco reis infieis..."

(2) *Ob. cit.*, p. 39.

Refira-se, pois, como o facto dos *cristãos* em Ourique serem em pequeno número e os *infiéis* em grande não fora impeditivo dos primeiros alcançarem a vitória. Porquê? Porque ao lutarem não só por uma causa justa, mas querida por Deus (dizia-se), os portugueses mobilizaram em seu auxílio o favor divino. E que causa era essa?

A *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal* (começada a redigir em 1419), para além de aduzir novos elementos pretensamente factuais sobre a luta contra o "mouro" antes de Ourique (aprofundava-se deste modo a memória mítica), esclarecia que tal luta cruzadística não só proporcionava honra, mas também riqueza, garantindo além disso a conquista do Céu aos que morressem em combate, porque era "serviço de Deus". Resumindo: à obtenção possível da *honra* vinha juntar-se o proveito material (a acumulação de riqueza) e espiritual (a conquista do Céu). Não seriam tais recompensas suficientemente abrangentes e atraentes?

Não duvidamos, já que iam ao encontro de mentalidades de tipo tradicional e moderno. Veiculada, por certo, do alto dos púlpitos (daí a importância dos eclesiásticos como agentes ideológicos) esta ideologia chegaria facilmente tanto aos estratos eruditos como aos populares (recorde-se, por exemplo, o teatro Vicentino).

Zurara, reconstituirá deste modo quer o discurso, quer a figura, do ideólogo típico da nossa Expansão:

Já com a armada em Lagos a caminho de Ceuta, mas quando ainda poucos sabiam o que ela se propunha fazer, mestre Fr. João Xira será encarregado pelo Conselho do Rei de esclarecer os combatentes sobre a natureza do inimigo que iriam defrontar e sobre a justeza dessa luta, procurando, ao mesmo tempo, convencê-los de que não deveriam ter medo. Em resumo: dirá que qualquer cristão tinha o dever de morrer, se necessário, pela defesa da sua religião; que a Igreja *assegurava* a salvação eterna dos que morressem às mãos do "infiel"; que o inimigo era o *tradicional*, ou seja, o que invadira e profanara os lugares santos do Norte de África e de Espanha; que Deus permitira essa invasão para punir os cristãos pelos seus pecados; mas que levantaria o castigo desde que os cristãos se arrependessem dos seus pecados, fizessem penitência e confiassem no Seu poder.

Satisfeitas estas condições, a mais débil força dos cristãos converter-se-ia em furacão devastador dos seus inimigos, como se poderia provar aliás com um facto recente da história de Portugal. Pois não foi Ele que, em Aljubarrota, "ajudou contra os vossos inimigos christãos [os castelhanos], que eram em muito mayor numero

que vos outros — perguntará Xira — assy vos ajudara contra estes [os mouros de Ceuta], que sam vossos inimigos e de Cristo" (3).

O trabalho de acção psicológica com o objective de fortalecer a vontade dos combatentes portugueses não se resumirá, porém, ao papel da palavra/discurso, fortalecido com o documento do maravilhoso e do mito, antes se alargará à vivência de certos ritos profanos e sagrados que se prolongarão até à fase do combate. Serão, entre outros, a absolvição geral (com a possibilidade do combatente se confessar individualmente), a mostra do Corpo de Cristo albergado na custódia e a osculação da mesma... Enfim, procurava-se reconstituir, o mais possível, a presença de Deus, tal como nas vésperas de Ourique o Cristo sofredor (repare-se na natureza do símbolo) apareceu a D. Afonso Henriques.

(3) Zurara, *ob. cit.*, p. 201.